

Este é o oitavo de uma série de
10 fascículos temáticos que
compõem o livro FAPESP 60 anos:
Ciência, cultura e desenvolvimento,
em comemoração ao aniversário de
seis décadas da Fundação de
Amparo à Pesquisa do Estado de
São Paulo. Para ver o conteúdo
completo do projeto, aponte a câmera
do seu celular para o Código QR
abaixo, ou acesse diretamente
60anos.fapesp.br/livro



SUMÁRIO

2	A violência nossa de cada dia
	[ARTIGO] Eunice Prudente
6	O impacto das cotas na universidade pública
24	Pesquisa e inclusão de povos indígenas [ARTIGO] Gersem Baniwa
28	Um levante científico contra a desigualdade de gênero

Saberes antigos, novos protagonistas 43

A VIOLÊNCIA NOSSA DE CADA DIA



Eunice Aparecida de Jesus Prudente | Professora sênior da Faculdade de Direito da USP

I mpressionam os níveis de violência no Brasil e, sobretudo, as colocações brasileiras nos rankings de violência. A crise pandêmica, exigindo distanciamento e permanência em família, fez aflorar a vitimização de crianças e mulheres, com os casos de violência doméstica e em família, além das formas discriminatórias no mercado de trabalho, desempregando principalmente o negro. O aumento de famílias em estado de miserabilidade vem atingindo principalmente aquelas sustentadas por mulheres, com destaque para as provedoras familiares negras.

Estudos interseccionais, fundamentados em marcadores de gênero, etnia e desigualdade socioeconômica, apontam para um Brasil repleto de violências. Integramos uma sociedade pluriétnica, em um ambiente também diversificado, com cultura rica e raízes em todos os povos do mundo. Nosso

meio ambiente, também rico, contém todos os ecossistemas conhecidos. Mas onde erramos?

Nossa convivência não vai bem. Há mais de quinhentos anos, os europeus tomaram posse das Américas, aniquilando civilizações. Séculos XVI a XIX, momentos importantes para o sistema socioeconômico, capitalismo que, de fases mercantis, alcança a industrialização com custos sociais que são sentidos até hoje, remanescentes da escravização de africanos e ameríndios. Nem é preciso pensar no interessante instituto jurídico da escravidão do mundo antigo; trata-se, neste momento histórico, da escravização de pessoas e descendentes, considerados pelos direitos vigentes como bens de produção, animais úteis. É a desumanização apoiada no epistemicídio, em apagamentos, negações de valores, saberes, experiências históricas. Pensemos juntos na submissão de milhares de seres racionais, espiritualizados, detentores de culturas milenares. A submissão, as torturas e os sofrimentos foram descritos por literatos e artistas. Acrescentem-se aos sofrimentos a proibição e os entraves legais para a formação do núcleo social básico, uma família, por exemplo.

Findada a escravização no Brasil, a nova política de embranquecimento, sem providências inclusivas para o negro brasileiro, volta-se para a imigração de famílias trabalhadoras europeias. O sistema econômico está em outros patamares. Potências europeias, as primeiras a alcançar a industrialização, como Inglaterra, Suíça, Holanda, Bélgica, hoje integrando o primeiro mundo, formaram seus tesouros e forjaram tecnologias escravizando pessoas.

Todavia, é perceptível ainda a imposição de papéis sociais do século XIX, como a do homem branco educado, formado para assumir o poder do grupo familiar e demais instituições. A invisibilidade da mulher nas funções de poder da sociedade ainda é fato. Cobra-se das poucas que as exercem comportamentos machistas, ou seja, práticas discriminatórias. Mas há assimetrias entre ser mulher branca ou negra no Brasil. São os tais papéis sociais injustos e ainda presentes. A mulher branca merecerá educação e cuidados; afinal, gerará os futuros cidadãos, expressará valores familiares etc. Proteção esta que, muitas vezes, revela formas de violência simbólica: mulher, ser frágil, protegido, incapaz de decisões, seu homem decidirá por ela. Homem negro, com representação midiática de ser violento, perigosíssimo ou submisso, nunca expressado como ser humano normal. A mulher negra, representada também como ser humano diferente, portador de sexualidade exacerbada, numa imagem ainda marcada pela escravização, um objeto sexual de seus senhores. À mulher negra são negados os cuidados saudáveis da maternidade, como se seus descendentes não fossem humanos. Há uma simbiose entre práticas violentas, sexistas e racistas, além do conformismo com a miséria em plena república capitalista industrializada, importante produtora de bens agrícolas.

O movimento negro, integrado por intelectuais ativistas, exige que seja a causa dos negros colocada nas pautas políticas do governo brasileiro, inclusive na pauta das relações internacionais. Ser negro no Brasil é ter cidadania sob suspeita, desde o direito de ir e vir até o direito ao trabalho. Se no passado eram os seus senhores, hoje são os órgãos de

segurança que exigem constantemente identificação das pessoas negras, inclusive documentos que comprovem contrato de trabalho em tempos de desemprego em massa. É o racismo estrutural, com práticas violentas que permeiam nossa convivência. Não havendo um grupo social homogêneo, pelas vias da interseccionalidade, com informes e dados, desnudam-se realidades complexas.

Fundamental, portanto, uma política de dados abertos, em que instituições oficiais possam disponibilizar seus dados, permitindo à sociedade civil manipular, processar e criar informações de interesse público, capazes de impactar políticas públicas. O estado democrático de direito proposto na atual Constituição Federal encontra-se em construção; portanto, são fundamentais as ações e as contribuições de entidades científicas e de apoio à ciência e à cultura, como a FAPESP, que, analisando as questões sociais, exijam transparência na atuação pública e proponham políticas públicas aos governos.



Estudantes curtem o show do DJ KL Jay, do grupo Racionais MCs, na Virada Pró-Cotas da USP, em junho de 2016

A Uerj, 14 anos antes, juntara forças e implantara as cotas

O IMPACTO DAS COTAS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A

lvo das reformas estruturais dos anos 1960 e 1970, destinadas à formação de uma classe média inteligente que compusesse as novas elites intelectuais e profissionais, sem as quais seria inviável qualquer plano de desenvolvi-

mento do país, a universidade brasileira era, entretanto, no fim do século XX, um espaço majoritariamente ocupado por moças e rapazes brancos. Ou seja, um gigantesco abismo permanecia entre a composição demográfica da população e sua representação na universidade, denunciando a

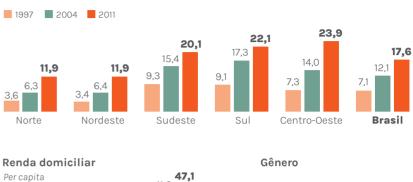
escassa democracia nas vias de acesso a esse lugar especial. Assim, entre os 2 milhões de estudantes de graduação que o país registrava em 1997, 60% deles concentrados na faixa etária de 18 a 24 anos, mais os milhares de formados nessa mesma faixa, equivalendo juntos a modestos 7,2% desses jovens, estavam apenas 4% dos jovens negros brasileiros e, mais especificamente, 1,8% dos jovens pretos e 2,2% dos pardos, ante 11,4% dos jovens brancos. São dados oficiais do Ministério da Educação.

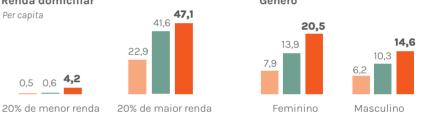
Duas décadas mais tarde, em 2018, pelo menos nas instituições públicas de ensino superior, mais da metade da população estudantil na graduação era composta por pessoas pretas e pardas. Haviam atingido 50,3% desse universo, de acordo com estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximando-se, finalmente, de sua participação efetiva na população, isto é, 55,8% dos brasileiros. Faltam ainda dados seguros da atual distribuição étnica no universo total de 8,5 milhões de estudantes de graduação registrados no Censo da Educação Superior de 2019 (MEC/Inep), dos quais 2 milhões ligados às instituições públicas e 6,5 milhões às universidades e faculdades privadas.

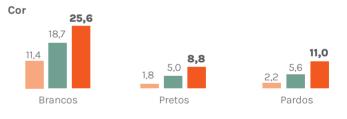
Por trás dessa profunda reviravolta, cujas repercussões a própria universidade tem se empenhado em entender e explicar com suas ferramentas de pesquisa científica, está um intenso trabalho político de múltiplos agentes, desdobrado em variadas instâncias. E, de modo particular, estão em sua base as chamadas ações afirmativas, políticas públicas estruturadas para reverter um quadro de desigualdades históricas, montado sobre um intrincado complexo de fatores, no qual a longa escravidão é o solo base. Em 1999, essas ações

Retratos gráficos do Brasil

Antes da lei de cotas: evolução do quadro de estudantes de graduação e formados na faixa de 18 a 24 anos em 1997-2011







NOTA: EXCLUSIVE A POPULAÇÃO RURAL DE RO, AC, AM, RR, PA E AP EM 1997 FONTE: PNAD/IBGE

afirmativas entraram com força na pauta da política institucional do país, e é desse momento um importante ponto de partida para a legislação que iria dar suporte à mudança, o Projeto de Lei nº 73, de autoria da deputada maranhense Nice Lobão, filiada ao então PFL (depois DEM e, hoje, parte do União Brasil, formado com o PSL).

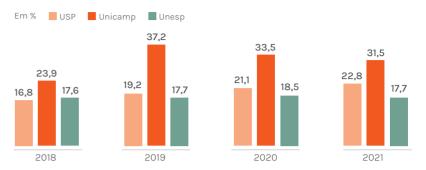
9

A questão racial, na verdade, não é abordada nesse projeto. Seu foco é outro, ainda que, se aprovado, pudesse beneficiar de forma indireta e parcialmente a população negra. Como dito nas primeiras linhas do texto de 2005 do relator, o deputado mato-grossense Carlos Abicalil, do PT, o Projeto de Lei nº 73/99 propôs que as universidades públicas reservassem 50% de suas vagas "para serem preenchidas mediante seleção de alunos nos cursos de ensino médio, tendo como base o Coeficiente de Rendimento — CR, obtido através de média aritmética das notas ou menções obtidas no período, considerando-se o curriculum comum a ser estabelecido pelo Ministério da Educação e do Desporto". Faculta também a adoção do mesmo procedimento às instituições privadas. Ou seja, seu alvo era o sistema de ingresso na universidade, conforme explicita o relator: "o PL nº 73/99 propunha novo mecanismo de seleção de estudantes para ingresso no ensino superior, alternativo ao vestibular".

A essa altura, contudo, o debate parlamentar já se enriquecera enormemente com as contribuições e pressões do movimento negro, de outros movimentos sociais ligados aos direitos das minorias, de reitores e organizações de professores das instituições públicas e de entidades estudantis. O próprio material legislativo fora muito enriquecido com as proposições de outros projetos de lei visando diretamente à reserva de vagas para egressos das escolas públicas, pessoas negras e indígenas, que foram sendo apensados ou retirados ao longo do processo, num redesenho contínuo da proposta. Dessa forma, o substitutivo do relator, a par de estabelecer em seu artigo 1º, como propunha o Executivo federal, a reserva de 50% das vagas nas instituições públicas federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio

Avanço das cotas nas instituições paulistas

Ingresso de estudantes pretos, pardos e indígenas cresce em ritmos distintos



FONTES: JORNAL DA USP (28/5/21, POR ADRIANA CRUZ); COMVEST (ACESSADO EM 7/2/22); EDUARDO GALHARDO, PROGRAD/

em escolas públicas, e de incorporar a proposta original de Lobão no artigo 2º, já estabelecia em seu artigo 3º que "as vagas de que trata o art. 1º serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados negros e indígenas, no mínimo igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE".

O debate seguiria em frente e só em 2008 o projeto encontraria uma redação definitiva. Em agosto de 2012, finalmente, a Lei Federal nº 12.711 foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff, com os artigos 1º e 3º em redação idêntica ao que já estava proposto no substitutivo de 2005. Vale notar, primeiro, que, aos grupos originalmente citados, acresceu-se o de "pessoas com deficiência" na nova redação dada ao artigo 3º em 2016 pela Lei nº 13.409. E, em segundo lugar, que a Lei nº 12.711 volta a ser discutida agora por dispositivo contido nela mesma, que estabeleceu, no artigo 7º, o prazo de

10 anos para "a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas". Em 2016 incluiu-se aí também "pessoas com deficiência".

Pesquisas à frente do tempo

Quando a lei federal das cotas entrou em vigor, várias instituições públicas tinham adotado modelos afins ao que ela propunha, por iniciativa própria ou por determinação de legislações locais. E uma vez sancionada, a lei tanto incentivou a adoção crescente do sistema por novas instituições estaduais e municipais quanto, numa outra ponta, estimulou uma série de pesquisas que iriam investigar os efeitos de uma política pública cuja proposição levantava enormes resistências no ambiente acadêmico. E, contra ou a favor, o que mais se desejava investigar eram indicadores de desempenho dos estudantes que passavam a alcançar a universidade via cotas sociais e raciais.

A rigor, entretanto, há estudos sobre as cotas que antecederam de longe esse florescimento de pesquisas pós-Lei nº 12.711, inclusive em estados que postergaram por alguns anos a adoção de um sistema similar ao federal em instituições estaduais. Veja-se o caso de São Paulo: já em junho de1998 e até fevereiro de 2000, a FAPESP apoiou com uma bolsa a pesquisa de mestrado de Sabrina Moehlecke, "Políticas de ação afirmativa no Brasil: cotas para negros na universidade", orientada por Romualdo Luiz Portela de Oliveira, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador reconhecido nos temas de políticas educacionais.

O estudo dirigia-se a "um mapeamento da discussão de propostas de ações afirmativas voltadas para a população negra no Brasil", partindo do pressuposto de que, embora incipiente, o debate já suscitava "diversas polêmicas". No resumo da pesquisa, a então mestranda Moehlecke e desde 2006 professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), observava que "a informação corrente no país traz como principal referência a experiência norte-americana, hoje com quase 40 anos, e identifica as ações, fundamentalmente, com o sistema de cotas, como é o caso de alguns projetos de lei que visam à melhoria do acesso da população negra ao ensino superior". Defendia a necessidade de um debate mais detalhado, acrescentando que "através da análise do processo de denúncia, reconhecimento e, principalmente, das formas de combate ao racismo, observa-se que as particularidades da realidade social, política, econômica e racial brasileiras são apreendidas na formulação de ações afirmativas que vão assumindo significados específicos".

Desenvolvida entre 2007 e 2009, uma outra pesquisa de mestrado apoiada com bolsa da FAPESP foi "Raça e Estado Democrático: o debate sociojurídico acerca das políticas de ação afirmativa no Brasil", de Priscila Martins de Medeiros, orientada pelo sociólogo Valter Roberto Silvério, professor na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), dedicado em estudos pós-coloniais e relações raciais. Medeiros, que hoje, além de professora, é coordenadora da pós-graduação em sociologia no Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) da UFSCar, estava empenhada no "mapeamento das repercussões das ações afirmativas no campo jurídico brasileiro, desde a criação da Lei Orgânica do Ministério

Público (em 1985)", para o que precisava identificar "o posicionamento e os preceitos do Poder Judiciário quanto às minorias na sociedade normativa" e as mudanças ocorridas nesse âmbito dentro do Estado democrático.

A pesquisa partia do pressuposto de que havia uma mudança de paradigma do Estado para observar quais "as perspectivas e as representações de sociedade presentes nos discursos acerca das Ações Afirmativas". Entendia o pertencimento racial como "um determinante muito significativo na estruturação das desigualdades socioeconômicas no Brasil", tese aos poucos "reconhecida pela sociedade civil, pelos acadêmicos e pelo Estado" e objeto de um debate mais intenso com a aprovação da política de cotas raciais em algumas universidades públicas. "Essas medidas deram início a uma verdadeira disputa jurídica entre o Estado, as instituições de ensino superior e os indivíduos que se sentiram lesados por tais políticas, o que significa um importante momento de revisão dos princípios democrático-liberais e de reflexão sobre os direitos individuais e os mecanismos de justiça social utilizados no país", observava ela.

Entre os estudos apoiados pela FAPESP, vale referência também à pesquisa de doutorado de Luanda Rejane Soares Sito, iniciada em 2012, "Políticas de escritas afirmativas: estudo sobre as estratégias de estudantes cotistas para lidar com as práticas de letramento acadêmicas", orientada por Angela Del Carmen Bustos Romero de Kleiman, professora do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente professora na Faculdade de Educação da Universidade de Antioquia (UdeA), Colômbia, Soares Sito inclui entre as conclusões de



Em maio de 2017, a Unicamp aprovou a proposta de adoção de cotas étnico--raciais em substituição ao sistema de bonificação por pontos no vestibular

sua tese, aprovada em 2016, que "os estudantes empregam estratégias criativas para subverter as relações de poder e a colonialidade do saber". Propõe que trabalhos de conclusão de curso na graduação (TCC) "visibilizam demandas e indagações que são motivadas pelas experiências de seus grupos de origem e, com isso, retratam processos de lutas para dominar ou transformar as práticas institucionais da universidade (seja nos modos de fazer ou nos modos de dizer)". E nas trajetórias dos estudantes sobre as quais se debruçou, ela encontra a confirmação de que, além de interpelar as políticas afirmativas, os universitários também "apontam novos horizontes para a criação de diálogos mais simétricos na produção de conhecimento, por meio de estratégias como a autoetnografia, transculturação, crítica, colaboração,

A POLÍTICA DE COTAS
TERÁ GRANDE REFLEXO
EM TODAS AS POSIÇÕES
QUE SÃO DEPENDENTES
DA QUALIFICAÇÃO
TÉCNICA E CIENTÍFICA

bilinguismo, mediação, denúncia, expressões vernáculas, propostas alternativas e reconstrução de imaginário".

O volume de estudos apoiados pela FAPESP nesse campo vem crescendo, e seu presidente, Marco Antonio Zago, diz não ter nenhuma dúvida de que, dentro de algum tempo, a política de cotas terá um reflexo muito grande em todas as posições que são dependentes da qualificação técnica e científica. "Não estou falando de um tempo geológico, de esperarmos um século pela mudança", enfatiza. Zago era o reitor da USP entre 2014 e 2018, quando a reserva de vagas por critérios sociais e raciais foi implantada nessa que é a maior instituição de ensino superior público do país, e, atento aos processos de inclusão em curso nas universidades e institutos de pesquisa paulistas, observa uma mudança significativa do olhar em relação às cotas nos últimos anos.

"Quando assumi a reitoria na USP, havia uma clara resistência à mudança. Todos diziam que era muito importante fazer inclusão social e racial, ninguém discutia o princípio, mas o problema era a execução", relata. O argumento que então se apresentava como o mais racional, lembra, "era: 'isso não deve ser feito assim de uma maneira forçada, precisamos incluir e melhorar muito a qualidade do ensino básico, de tal maneira que todos competirão de maneira igual e, finalmente, a sociedade estará representada na universidade'". Ora, pondera ele, "pode até parecer que faz sentido, desde que você tenha mais cem anos para realizar esse objetivo". Ex-presidente do CNPq, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2007-2010), Zago ressalta que, sem uma intervenção no topo, "naquele segmento do ensino que é o mais diferenciado, onde estão as pessoas que serão lideranças e vão conduzir o processo, não se potencializa a intervenção mais ampla pela inclusão".

Marcha lenta na ação política

Se na pesquisa do tema as instituições paulistas não têm demoras a lamentar, na implantação das ações afirmativas elas foram lentas, e as primeiras iniciativas passam ao largo de seu território. O pioneirismo é da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), que aprovou o sistema de cotas para a graduação e a pós-graduação em julho de 2002. Seguiram-na a do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), autora do primeiro vestibular com ações afirmativas, no começo de 2003; a Universidade de Brasília (UnB), com seu Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial, que em junho de 2003 destinou a candidatos negros, independentemente das cotas sociais, 20% das vagas do vestibular; e a Federal da Bahia (UFBA), com a implementação da reserva de vagas por critério sociorracial no fim de 2004.

STAND SCADDINETT! / SECTINICAMD FANTONINHO DEDD! / SECTINICAN

Mais de uma década se passaria antes que as estaduais paulistas transitassem das fórmulas de bonificação, baseadas em pontos adicionais no vestibular, para a de reserva de vagas por cotas. Houve tentativas anteriores, como a do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (Pimesp), elaborado pelo então presidente da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), Carlos Vogt, e lançado pelo governador Geraldo Alckmin em novembro de 2012, com o aval do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) e da Superintendência do Centro Paula Souza. A implantação estava prevista para 2014, após aprovação nos conselhos universitários das instituições.

O projeto estabelecia metas progressivas em vez de cotas imediatas — começando com 35%, até que 50% das vagas de cada curso e em cada turno estivessem ocupadas por alunos originários da rede pública. Em números absolutos, isso significava 22 mil vagas no conjunto das instituições estaduais paulistas e, desse total, 7,7 mil vagas, ou 35%, seriam destinadas a estudantes negros, pardos e indígenas, numa proporção equivalente à representatividade desses grupos na população do estado. O projeto também propunha a criação de um fundo especial de apoio à inclusão e se estruturava num curso sequencial de dois anos baseado em estudos gerais de nível superior, que comporiam os Institutos Comunitários de Ensino Superior (Ices), com metade das atividades didáticas em modo presencial e a outra metade a distância. A seleção dos candidatos seria pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem. Os concluintes do 1º ano com aproveitamento superior a 70% teriam ingresso garantido em





Avanço por etapas: dos formandos do ProFIS, oriundos das escolas públicas de Campinas, em 2013, ao vestibular indígena e cotas étnico-raciais em 2017

cursos das Faculdades de Tecnologia, as Fatecs, e os do 2º ano poderiam ingressar em cursos das universidades estaduais.

"O ProFIS, implantado na Unicamp desde 2011, era uma forte inspiração para o Pimesp", diz Vogt, ex-reitor dessa universidade (1990-1994) e ex-presidente da FAPESP (2002-2007). De fato, o Programa de Formação Interdisciplinar Superior oferece um curso de dois anos de duração, com um forte caráter de formação geral, e seleciona os melhores alunos das escolas públicas de Campinas a partir da nota no Enem. Após a conclusão dessa etapa, os alunos escolhem entre os cursos de graduação de acordo com seu desempenho e o número de vagas oferecido em cada um. "Eu gosto de falar que o ProFIS significa cotas geográficas, porque a ideia é ter pelo menos um estudante de cada escola pública de Campinas dentro do programa", diz o ex-reitor Marcelo Knobel (2017-2021).

Mas, abandonado o Pimesp, sob críticas dos que só viam nele o modelo dos *colleges*, em agosto de 2013 o Conselho Universitário da Universidade Estadual Paulista (Unesp)

aprovou sua política e, quase quatro anos depois, em julho de 2017, foi a vez do Conselho da USP dizer sim ao sistema de cotas a partir do vestibular de 2018, com os votos favoráveis de 75 membros, 8 votos contra e 9 abstenções. Venceram os que entendiam que se não fossem feitas "intervenções concomitantes em todos os níveis, inclusive na universidade, não teríamos resultados mais rápidos, como eram necessários", diz Marco Antonio Zago. "O único local em que nos restava capacidade decisória para intervir era na universidade, e era privilégio nosso decidir o que fazer", enfatiza o ex-reitor. Perderam os que disfarçavam as razões de sua oposição às cotas sob a defesa genérica da meritocracia.

Na Unicamp, as cotas foram aprovadas em novembro de 2017 e começaram a vigorar em 2019, mesmo ano em que foi realizado também o primeiro vestibular indígena. Na verdade, desde 2004 ela oferecia pontuação extra no vestibular a estudantes oriundos de escolas públicas e, pouco depois, a pretos e pardos, por meio do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (Paais). Mas a representatividade da população negra avançava pouco com esse mecanismo, o que ficou claro no primeiro ano de adoção das cotas étnico-raciais, quando o ingresso de estudantes pretos e pardos passou de 23,9%, em 2018, para 37,2%, em 2019. Era perceptível também a insuficiência das cotas sociais para o enfrentamento da questão racial. "Embora tenhamos uma correlação de aproximadamente 85% entre estudantes de baixa renda e pretos e pardos, sabemos que o racismo é um fenômeno estrutural que perpassa todos os grupos de renda", diz José Alves de Freitas Neto, coordenador da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (Comvest). "Mais visível e com uma conotação mais perversa



Recepção em 2018 aos primeiros calouros aprovados no vestibular indígena da Unicamp

nas periferias, nos grupos mais pobres, o racismo também atravessa as classes médias, que, por exemplo, com muito esforço, pagam uma escola particular para seus filhos."

Um caminho sem retorno

São variados os estudos apoiados pela FAPESP que confirmam o equívoco dos que previam perda de qualidade nas universidades públicas em decorrência das cotas. Assim, uma pesquisa de 2017, coordenada por Jacques Wainer, do Instituto de Computação da Unicamp, e Tatiana Melguizo, da Universidade do Sul da Califórnia (EUA), comparou a performance de cerca de 1 milhão de alunos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) entre 2012 e 2014 e concluiu que o desempenho de formandos que ingressaram no ensino superior via ações afirmativas equivale ou supera o de jovens que chegaram nas instituições de ensino superior pela chamada ampla concorrência.

Num outro trabalho, "Desempenho acadêmico e frequência dos estudantes ingressantes pelo Programa de Inclusão da Unesp", o coordenador da Permanência Estudantil, Mário Sérgio Vasconcelos, e colegas concluíram que não há diferenças relevantes de rendimento acadêmico entre os que ingressaram pelo sistema universal e aqueles que entraram via reserva de vagas. O estudo vasculhou e sistematizou informações referentes à população total de estudantes que entraram na Unesp de 2014 a 2017, ou seja, um banco de dados oficial referente a 35.294 estudantes, com 52 variáveis.

Já uma análise divulgada em dezembro de 2021 pelo Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (SoU_Ciência), vinculado à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), sobre a mudança de perfil de estudantes do ensino superior da área da saúde, nas provas do Enade, em 2013 e em 2019, em 15 instituições públicas federais, demonstrou que a maior parte delas teve um ganho na nota média da prova de conhecimentos específicos com as ações afirmativas. Na Unifesp, por exemplo, ela foi de 35,56 para 54,16.

"Todas aquelas previsões muito negativas de queda de qualidade não levavam em conta o quanto a existência da política muda a dinâmica de quem se candidata", diz Márcia Lima, professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e coordenadora do Cebrap AFRO, núcleo do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento criado em novembro de 2019. "Mudou o perfil de quem demanda a universidade. Hoje, um aluno que é apto a se candidatar a uma vaga pelas ações afirmativas, já sabendo disso, muda a relação com o estudo, investe e se prepara. Ter uma chance já transforma todo o processo.

Dado que as cotas na graduação alcançaram abrangência significativa, os desafios atuais se concentram mais em sua extensão à pós-graduação, além, claro, do foco na revalidação da Lei nº 12.711. O Censo da Educação Superior de 2016 mostrou que mulheres pretas e pardas com doutorado não chegavam a 3% do total de docentes da pós-graduação no país, embora muitos programas já adotem algum tipo de ação afirmativa. Lima relata, a propósito, que uma das iniciativas do Cebrap AFRO é o mapeamento dos formatos de inclusão contidos nos quase 3 mil editais de pós em todo o país.

Nesse quadro, um enorme gargalo ainda é a docência, porque há pouquíssimos docentes negros nas universidades brasileiras, ela observa. Debora Jeffrey, professora da Faculdade de Educação da Unicamp e primeira presidente da Comissão Assessora de Diversidade Étnico-Racial da Diretoria Executiva de Direitos Humanos, lembra que dos 1.800 professores dessa universidade em 2021, apenas 121 eram negros, ou seja, 6,7%.

Ainda que a regulamentação da Lei nº 12.711 não tenha traçado um desenho específico da avaliação da política e haja um vácuo sobre como será sua revisão, as articulações para defendê-la ou derrubá-la intensificaram-se na esfera política entre 2021 e o começo de 2022. Entretanto, Teresa Atvars, vice-reitora da Unicamp entre 2017 e 2021, observa que a revisão da lei também traz a oportunidade de as universidades reafirmarem a sua autonomia. "Se por um erro do Congresso a lei cair, as universidades continuarão com o sistema de cotas, porque essa opção foi tomada no início à revelia da lei, quando ela não existia. O assunto está consolidado nas universidades públicas, não tem retorno", diz.

PESQUISA E INCLUSÃO DE POVOS INDÍGENAS



Gersem Baniwa | Doutor em Antropologia Social pela UnB e professor da Ufam

s povos originários das Américas construíram complexos sistemas de conhecimento que lhes possibilitaram desenvolver civilizações humanas altamente sustentáveis. São herdeiros de saberes de seus antepassados, complementados por outros saberes, acessados e apropriados após o contato com os colonizadores, formando culturas de interculturalidade e intercientificidade. Culturas, saberes e ciências que, ao se encontrarem, dialogam e se complementam entre si.

Os indígenas compreendem que a educação escolar e universitária pode ser um instrumento de fortalecimento de suas culturas e identidades e um canal de acesso aos bens e valores materiais e imateriais do mundo atual. A educação indígena tradicional continua levando em conta essa alteridade, enquanto liberdade do indígena ser ele próprio.

A ciência acadêmica levou os povos indígenas a nela colocar tanta fé que acabam desvalorizando seus conhecimentos tradicionais e ancestrais por menos resolutivos. A ciência acadêmica é essencial, mas também o é reconhecer outras ciências, outros saberes relevantes, como as ciências indígenas, resultados de experiências milenares que, complementadas, podem ampliar as possibilidades de a humanidade buscar respostas a problemas ainda sem solução e desvendar mistérios da vida e do mundo.

A inserção de indígenas no mundo acadêmico contribui para diminuir séculos de invisibilização e negação das ciências indígenas e para seu protagonismo como sujeitos pesquisadores e produtores de conhecimentos científicos — em vez de objetos e informantes coadjuvantes de pesquisas alheias —, o que abre novas perspectivas ao diálogo, ao compartilhamento, à cooperação, à colaboração e à coautoria intercultural, interepistêmica e intercientífica de diferentes concepções, cosmovisões, lógicas, racionalidades e seus sujeitos.

Mas esse ingresso pressupõe condições específicas, porque assim tendem a ser também suas trajetórias escolares, em razão de uma educação escolar indígena com pedagogias diferenciadas, diferenças linguísticas (o português frequentemente é uma segunda ou terceira língua), centralidade da oralidade na produção de conhecimentos com implicações sobre a apropriação da escrita, diversidade de saberes e de modos de vida. É necessário repensar as estruturas universitárias, as disciplinas, a história ensinada, os conteúdos curriculares e as metodologias e criar novas formas de avaliação.

Os povos indígenas não querem ser enquadrados nas lógicas academicistas e meritocráticas que alimentam e sustentam

os processos de reprodução do conhecimento, da técnica e do poder individualista, consumista, materialista e capitalista. Querem contribuir com o mundo a partir da universidade com seus saberes, valores comunitários, suas cosmologias e seus modos de ser, de viver e de estar no mundo.

Se as universidades vêm passando pela experiência de receber estudantes indígenas até então tratados como outros, desconhecidos, exóticos e estranhos, os acadêmicos indígenas também têm assumido a responsabilidade de enfrentar e discutir sua diversidade cultural, social e epistêmica. A presença indígena interroga a universidade e evidencia as sutis e as explícitas expressões do racismo estrutural marcadas em sua organização administrativa, acadêmica e curricular e nas relações sociais no cotidiano dos cursos e das instituições.

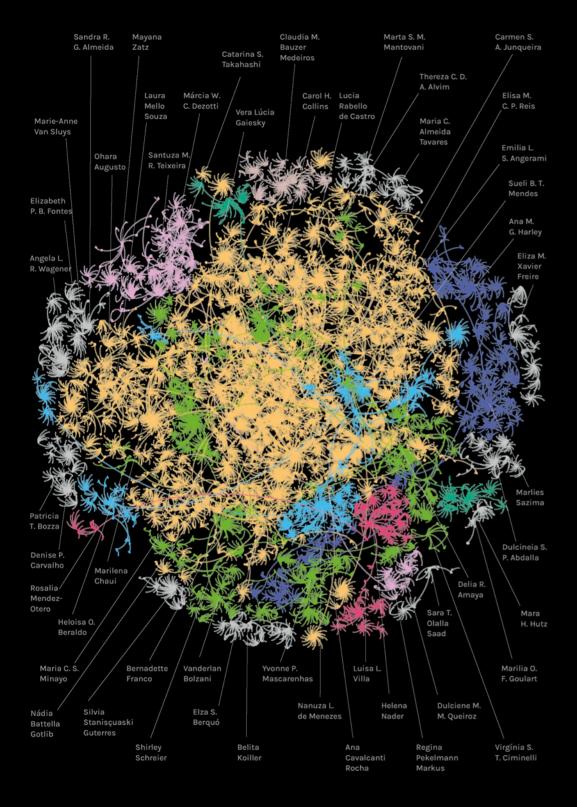
O Brasil tem mais de 1 milhão de indígenas de 305 etnias, falantes de 275 línguas nativas, estimou o IBGE em 2020. Desses, 37,4% falam ao menos uma língua indígena e, em 2018, havia 260.875 deles na educação básica e 57 mil na educação superior, segundo o censo escolar Inep/MEC.

As universidades públicas criaram programas para ingresso e permanência de indígenas, e algumas implantaram estruturas específicas para atender a demanda. O primeiro desafio do acadêmico indígena aprovado no processo seletivo é buscar meios materiais e financeiros para se deslocar de sua aldeia até a universidade. As famílias indígenas aldeadas, em geral, vivem de caça, pesca e de agricultura de subsistência ou com algum benefício de programas sociais.

A chegada à universidade é sempre um momento marcante de choques, rupturas, mudanças, de encontros e desencontros nesse novo ambiente de vida e de estudos. O primeiro impacto é se sentir perdido e sozinho num mundo desconhecido, estranho e às vezes hostil. Alguns logo desistem, mas a maioria segue adiante.

Os fundamentos da discriminação e do racismo foram historicamente criados como as situações em que o esperado era que os indígenas sempre fossem "inferiores" na realização das atividades acadêmicas. E contra a diversidade de vivências e trajetórias históricas, pensa-se preconceituosamente num indígena estático e genérico que vive na mata, estereótipo concebido pela história, pelos meios de comunicação e pela literatura (Luna, 2021). Há práticas de racismo também por parte dos professores universitários. São comuns casos em que adotam posturas de desprezo, discriminação, tutela, subjugando e transformando suas diferenças em incapacidades, para uma "adaptação à civilização" (Luna, 2021). Há desencontros e confrontos epistemológicos e ontológicos.

Mas, é importante destacar, mesmo diante de muita opressão e racismo, os estudantes indígenas desenvolvem estratégias para sobreviver nas instituições, potencializando suas experiências de superação. E o desafio que se constitui é o de visibilizar afirmativamente a presença indígena na educação superior, que nos enche de esperanças numa instituição educativa verdadeiramente. Universidade que acolhe, agrega, soma, promove e expressa o universo ilimitado e plural de saberes, valores e sujeitos de conhecimentos. Sonhos por uma Universidade PluriCultural, PluriÉtnica, PluriRacial e PluriEpistêmica, capaz de contribuir para a derrubada definitiva do racismo e da violência epistêmica e de construir pontes, trilhas e horizontes civilizatórios que nos entrelacem com as nossas diferenças e diversidades de existências.



Genealogia acadêmica: 50 pesquisadoras contribuíram, direta e indiretamente, para a formação de 32 mil cientistas

UM LEVANTE CIENTÍFICO CONTRA A DESIGUALDADE DE GÊNERO

A

mpliar a diversidade sexual e de gênero na ciência é uma demanda social que desafia universidades, instituições de pesquisa e agências de fomento do mundo todo. No Brasil, embora as mulheres representem 55% do total de tí-

tulos de doutorado concedidos no país em 2019, conforme dados da Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a presença delas na pesquisa ainda é reduzida em áreas como matemática, computação e nas engenharias. Diante desse quadro, a FAPESP implementou uma série de medidas nos últimos anos para aumentar a participação feminina nas ciências paulista e brasileira. Destaca-se, por exemplo, o apoio da Fundação a projetos de

pesquisa ligados às questões de gênero. Em pouco mais de duas décadas, a FAPESP contabilizou 211 auxílios e bolsas concedidos a 170 pesquisadores dedicados a temas como igualdade de gênero, sexualidade e violência contra a mulher.

Esse tipo de enfoque, segundo especialistas, é fundamental para aprofundar a compreensão do papel das mulheres na sociedade e gerar informações capazes de subsidiar políticas favoráveis ao equilíbrio entre homens e mulheres na pesquisa científica. "Nos anos 1960 e 1970, o foco dos estudos era principalmente na condição feminina, nos efeitos da violência doméstica e nas assimetrias do mercado de trabalho. Nas últimas décadas, esses estudos se diversificaram do ponto de vista disciplinar, regional, temático e de perspectivas teóricas, tratando das relações de gênero em diversos setores da sociedade, incluindo o ambiente acadêmico", explica a antropóloga Regina Facchini, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A trajetória do núcleo, institucionalizado em 1993, é marcada por estudos interdisciplinares que dialogam com teorias feministas e de gênero e ramificam-se pelas diversas vertentes da problemática associada ao conceito de gênero — sociais, econômicas, antropológicas, históricas, políticas. Cerca de 72 projetos realizados pelo Pagu foram financiados pela FAPESP desde 1999, muitos dos quais articulando gênero e outras categorias de diferença, como classe, raça, sexualidade, nacionalidade e religião. Um deles, conduzido pela cientista social Gleicy Mailly da Silva, tem mostrado como o maior acesso de mulheres negras às universidades, especialmente na primeira década dos anos 2000, tem renovado suas formas de experimentação política e econômica, com

o fortalecimento e a difusão dos feminismos negros, bem como o incentivo ao empreendedorismo, em um contexto de crise e perda de direitos no mundo do trabalho.

"Investigações desse tipo ajudam a compreender mudanças em certas convenções sociais, abrindo novas abordagens às reflexões sobre temas tradicionais, como acesso e inclusão no ensino superior", avalia Facchini, que integra a Comissão Assessora de Gênero e Sexualidade da Diretoria Executiva de Direitos Humanos da Unicamp. Ao financiar projetos dentro dessa temática, completa ela, a FAPESP contribui para a consolidação de uma base científica sólida com potencial de influenciar políticas institucionais que estimulem a entrada e assegurem a permanência de mulheres na universidade. "Assim como o Pagu, há diversos outros núcleos dedicados a entender os entraves que dificultam a participação de mulheres não apenas em áreas nas quais tradicionalmente se observa maior presença masculina, como as ciências exatas e as tecnológicas, mas também nos cargos mais altos e de maior remuneração."

A partir de pesquisas desse porte, diz a antropóloga, a Unicamp vem desenvolvendo ações com o objetivo de apoiar a permanência discente e promover a equidade em seu quadro de docentes — atualmente composto por 1.194 professores e 734 professoras. Facchini relata que está em elaboração um plano de equidade, que visa a considerar fatores como a maternidade e a distribuição desigual das tarefas de cuidado na trajetória profissional de mulheres, e sua influência em processos de seleção e promoção na carreira.

Eventuais interrupções na carreira decorrentes de licença-maternidade ou da necessidade de cuidar de filhos, familiares enfermos ou idosos são fatores que frequentemente

colocam as mulheres cientistas em desvantagem na hora de ocupar cargos de maior poder em universidades, instituições de pesquisa e agências de fomento, diz Ana Maria Fonseca de Almeida, professora da Faculdade de Educação da Unicamp e estudiosa das desigualdades de gênero na educação.

"Por essa razão, é importante que procedimentos de avaliação de projetos submetidos à FAPESP estejam sendo revistos e reestruturados, a fim de reconhecer fatores que favorecem a queda na produtividade de pesquisadoras", diz Almeida, referindo-se a uma iniciativa implementada pela Fundação em julho de 2021. Na ocasião, a FAPESP atualizou seu modelo de súmula curricular, documento que acompanha todas as solicitações de financiamento encaminhadas à entidade.

A principal mudança foi a inclusão de uma orientação explícita para que o pesquisador responsável pelo projeto informe eventuais interrupções na carreira devido a licenças médicas, incluindo licença-maternidade ou licença-paternidade. "Também é possível comunicar envolvimento com cuidados de terceiros", salienta Almeida, que é membro da Coordenação Adjunta de Ciências Humanas e Sociais da FAPESP.

Na avaliação do neurocientista Luiz Eugênio Mello, diretor científico da FAPESP, a medida deve beneficiar principalmente mulheres, uma vez que o trabalho doméstico e os cuidados com a família tendem, culturalmente, a recair mais pesadamente sobre elas. "Ao solicitar esse tipo de informação a quem preenche a súmula, a agência orienta que os avaliadores dos projetos levem em consideração, por exemplo, o período em que mulheres cientistas se tornaram mães", destaca Mello.

Outras agências, entre elas o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), investem em

SÚMULA CURRICULAR DA FAPESP FOI AJUSTADA EM 2021 PARA RECONHECER DESAFIOS ESPECÍFICOS DAS MULHERES, COMO A LICENÇA-MATERNIDADE

mecanismos semelhantes. Em abril de 2021, a Plataforma Lattes, mantida pelo CNPq, também passou a permitir que pesquisadoras indiquem seus períodos de licença-maternidade. A geóloga Adriana Alves, por exemplo, tem duas dessas licenças anotadas no currículo, de 180 dias cada uma, e a primeira referência que aparece em sua descrição pessoal na plataforma é "Adriana Alves, mãe de Flora e Serena". A expectativa, diz ela, é que iniciativas como essas promovam uma mudança estruturante de cultura nas universidades e instituições científicas. "Há uma complexidade inerente ao problema da desigualdade de gênero na ciência, e isso tem de estar no radar dos tomadores de decisão", afirma Alves, que é professora do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (USP) desde 2010 e, desde o fim de 2021, coordena o Escritório USP Mulheres, dedicado à elaboração e implementação de iniciativas de promoção da igualdade de gênero nos sete campi da universidade.

Além da queda na produtividade, diz ela, o trabalho doméstico e os cuidados com a família — que tendem a recair





Adriana Alves e Beatriz Barbuy, da USP: pesquisadoras de gerações distintas, com um objetivo comum, de valorizar as mulheres na ciência

mais sobre as mulheres — também podem dificultar a participação em projetos internacionais, uma das atividades que costumam trazer benefícios simbólicos aos pesquisadores, resultando em prestígio e poder acadêmico. Nota-se, por exemplo, que a distribuição de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq foi marcada pela desigualdade de gênero na última década (2010-2021), de acordo com um levantamento feito por pesquisadores das universidades federais de Santa Catarina, Alagoas e Pernambuco.¹ Entre os bolsistas da categoria 1A nesse período, por exemplo, apenas 26% eram mulheres.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),² as mulheres já são maioria entre os adultos

com nível superior completo no Brasil: 19,4% delas tinham diploma universitário em 2019, comparado a 15,1% dos homens. A proporção de mulheres entre docentes de ensino superior, no entanto, ainda estava abaixo da metade: 46,8% no Brasil e 43,4% no estado de São Paulo. A diferença se alarga nos andares mais altos da pirâmide acadêmica: apenas 107 dos 576 membros titulares da Academia Brasileira de Ciências (ABC) eram mulheres em 2022.

"Mesmo optando por não ter filhos, sempre foi clara em mim a percepção de que há um teto de vidro, uma barreira invisível que impede as mulheres de chegar ao topo da carreira no ambiente acadêmico", diz a astrônoma Beatriz Barbuy, professora do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da USP e pesquisadora nível 1A do CNPq. Ela reconhece a importância dos estímulos que recebeu na infância e na adolescência para se tornar cientista e seguir em uma área predominantemente masculina. "Meus pais eram filósofos e incentivavam, sem distinção, que seus filhos homens e mulheres seguissem carreira intelectual", conta. "Eu gostava de matemática e, após ler um livro do físico ucraniano George Gamow, fiquei encantada pela astronomia."

Barbuy reconhece que seu caso está mais para exceção do que regra. Nas últimas décadas, a pesquisadora ocupou cargos importantes no Brasil e no exterior; entre eles, o de vice-presidente da União Astronômica Internacional (IAU), de 2003 a 2009. Em 2009, recebeu o Prêmio L'Oréal-Unesco para Mulheres na Ciência e, em 2021, venceu a terceira edição do Prêmio Carolina Bori — Ciência e Mulher, na área de Ciências Exatas e da Terra, concedido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). "Esse reconhecimento é

¹ Mais informações na reportagem "Desequilíbrio no sistema", *Pesquisa FAPESP*, edição nº 311, janeiro de 2022.

² Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (IBGE, 2021).

importante, sem dúvida. No entanto, o ideal seria que eu e outras pesquisadoras tivéssemos mais oportunidades para ocupar cargos de direção em departamentos de universidades, instituições de pesquisa e mesmo na FAPESP, onde a participação feminina no alto escalão ainda é baixa", argumenta Barbuy.

Equidade nas coordenações

Mello, da FAPESP, reconhece a necessidade de ampliar a diversidade entre assessores da agência e ressalta que um primeiro passo já foi dado nesse sentido. "Promovemos mudanças no quadro de pesquisadores que assessoram a Diretoria Científica na análise dos pedidos de bolsas e auxílios submetidos à Fundação", diz. A medida, em vigor desde maio de 2021, aumentou de 17% para 48% a proporção de mulheres nas Coordenações Adjuntas da instituição, inclusive em áreas tradicionalmente dominadas por homens. "A questão da equidade de gênero se coloca naturalmente, na medida em que as instituições paulistas contam com um número cada vez maior de pesquisadoras reconhecidas e dispostas a contribuir para que a FAPESP siga sendo uma referência nacional e internacional no que diz respeito às políticas de fomento", sublinha Mello.

Tanto essa iniciativa quanto a mudança na súmula curricular decorrem de investimentos na geração de conhecimento sobre a participação das mulheres na ciência — "que é, afinal, um dos eixos pelos quais se alavanca a diversidade na pesquisa", completa Mello. Os dados mais recentes da Gerência de Estudos e Indicadores da FAPESP mostram que, entre 2000 e 2016, a participação feminina subiu de 36% para 42% entre os responsáveis por projetos submetidos à

Mulheres presentes

Participação feminina em projetos da FAPESP cresceu entre 2000 e 2016; taxa de aprovação permaneceu quase idêntica para homens e mulheres

Projetos submetidos à FAPESP por gênero e participação feminina Feminino Masculino % Feminino total (eixo direito) 20.000 42% 44% 44%



Taxas de sucesso de projetos submetidos, por gênero



FONTE: INDICADORES FAPESP / ADAPTADO DE PESQUISA FAPESP - EDIÇÃO 259 (2017)

agência. Observa-se, porém, que a proporção de mulheres coordenando projetos ainda é pequena em determinadas áreas, como nas engenharias (25%), e maior em outras, como nas ciências da saúde (56%). A taxa de sucesso na aprovação de projetos pela FAPESP é praticamente igual para homens e mulheres (41% e 38%, respectivamente, em 2016) — mas também com variações entre áreas do conhecimento.

Diante dessa realidade, é preciso tomar cuidado para não difundir afirmações genéricas sobre a baixa participação de mulheres nas chamadas áreas STEMM (sigla em inglês para ciência, tecnologia, engenharias, matemática e medicina), alerta a cientista política Maria Hermínia Tavares de Almeida, professora titular aposentada da USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Pesquisa e Planejamento (Cebrap). Segundo ela, mesmo em áreas de pesquisa como medicina há especialidades em que a predominância é de mulheres, como pediatria. Ao mesmo tempo, dentro das ciências humanas, existem áreas dominadas por homens, como é o caso da filosofia.

"Entendo que a situação geral melhora de geração em geração", diz Maria Hermínia, que fez parte da Coordenação Adjunta de Ciências Humanas e Sociais da FAPESP por 10 anos (1996-2006). "Na geração da minha mãe, poucas mulheres chegavam à universidade, apenas um número muito reduzido de membros da elite educada. Hoje em dia há um inequívoco progresso. As barreiras existem, mas estão cedendo."

Passo a passo, a mudança começa a se consolidar, também, nos níveis mais altos do mérito científico nacional: em 2022, pela primeira vez, as mulheres foram maioria entre os novos membros eleitos para o quadro titular da ABC.

Desafios da população LGBTQIA+

Um aspecto importante de ser lembrado é que os estudos de gênero não são apenas sobre mulheres cisgênero — termo que se refere a pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento (correspondente à sua anatomia sexual). Também é possível estudar gênero sob a perspectiva da comunidade LGBTQIA+, sigla para lésbica, gay, bissexual,

transexual, queer, intersexo, assexual e outras diversidades de sexo e gênero. "No debate sobre diversidade nas universidades, não podemos deixar de fora a necessidade de inclusão e acolhimento de estudantes e pesquisadores homossexuais e transgêneros", argumenta o psicólogo Leonardo Lemos de Souza, professor da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (FCL-Unesp), campus de Assis.

"No caso de pessoas trans, que se identificam com um gênero diferente daquele que lhes foi atribuído ao nascerem, as dificuldades para acessar o ambiente acadêmico são mais acentuadas", destaca Souza. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) mostram que apenas 0,02% dessa população está no ensino superior e 70% não concluíram o ensino médio.

Em entrevistas feitas em várias unidades da Unesp, pessoas LGBTQIA+ disseram se sentir fisicamente seguras na universidade, relata Souza. Ao mesmo tempo, porém, indicaram a percepção de que a instituição não sabe acolher essa população nem reconhece suas especificidades. "Ainda que se sintam seguras fisicamente, essas pessoas sofrem assédio, discriminações e exclusões. Isso ocorre principalmente por falta de informação e devido a uma cultura de desrespeito e invisibilidade desses indivíduos", afirma Souza, responsável pela Coordenadoria de Educação para Diversidade e Equidade da Unesp.

"Um dos maiores desafios que transgêneros encontram no ensino superior é a aceitação pelos colegas e professores", afirma a física Daniela Cardozo Mourão, do Departamento de Matemática da Unesp de Guaratinguetá. Professora transgênero, Mourão participou da comissão responsável pela resolu-

ção aprovada em 2017, na Unesp, garantindo a professores, servidores técnico-administrativos e alunos transgêneros o direito de uso do nome social em registros funcionais e em eventos oficiais. Outras universidades, entre elas USP, Unicamp e a federal da Bahia (UFBA) têm iniciativas parecidas. Na FAPESP, o Conselho Técnico Administrativo aprovou em 2018 um parecer que normatiza a adoção de nome social em seus registros acadêmicos. (Nome social é aquele que pessoas trans adotam para se identificar socialmente.)

Facchini, do Núcleo Pagu, identifica um movimento recente de estudos realizados por pessoas trans que ingressam no ensino superior por meio de políticas de ação afirmativa e de respeito à diversidade de gênero. "É importante que universidades e agências de fomento como a FAPESP tenham em mãos mais dados sobre essa população. Só assim será possível criar iniciativas concretas que busquem ampliar a participação de pessoas LGBTQIA+ na ciência", diz. "Há muito desconhecimento na sociedade sobre quem são esses sujeitos de direito. Precisamos investigar as situações de vulnerabilidade dessas pessoas, e isso requer produzir dados sociodemográficos sobre a população trans, o que temos feito em diálogo com colegas da demografia."

A necessidade de produzir mais trabalhos quantitativos é uma demanda que desafia os estudos de gênero como um todo, ressalta Alves, do USP Mulheres. "Evidentemente que pesquisas qualitativas são fundamentais, mas, para que possamos subsidiar políticas públicas mais profundamente, nós, pesquisadores, precisamos oferecer dados e indicadores concretos que auxiliem os gestores das universidades no processo de tomada de decisão", diz.



Primeira Parada do Orgulho LGBT na Universidade de Brasília (UnB), 2015

Diálogo entre áreas do conhecimento

Na visão de Souza, da Unesp, é fundamental ampliar o diálogo entre grupos de pesquisa que se debruçam sobre temas diversos, como sexualidade, raça e desigualdade social. "Isso permitiria a incorporação de diferentes variáveis nas análises, viabilizando abordagens interseccionais da questão trans e da igualdade de gênero a fim de ter um quadro mais completo sobre temas como feminicídio, violência contra minorias e assédio no trabalho", diz o pesquisador.

Até o início de 2022, a FAPESP concedeu bolsas e auxílios a 36 projetos de pesquisa relacionados à sigla LGBTQIA+, dos quais nove estão em andamento. A maioria (28) está no campo das ciências humanas, principalmente antropologia. Já o termo "estudos de gênero" aparece em 454 projetos financiados pela FAPESP, dos quais a maior parte (257) está nas ciências humanas, novamente com destaque na antropologia. "Está claro que um dos principais obstáculos

a serem superados pelos estudos de gênero é romper a bolha da disciplinaridade e estabelecer conexões com outras áreas", pontua Souza.

Um exemplo de como fazer isso é colocando em prática estudos amplos, capazes de reunir pesquisadores de diferentes campos do conhecimento em torno de grandes problemas da sociedade, sem perder de vista questões relacionadas à desigualdade de gênero. "Há hoje uma necessidade urgente de mais pesquisas que ajudem a entender como as alterações do clima impactam redes de mulheres que dependem da pesca artesanal para sobreviver", por exemplo, diz a bióloga Leandra Gonçalves, do Instituto do Mar da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), integrante de dois projetos interdisciplinares apoiados pela FAPESP e uma das fundadoras da Liga das Mulheres pelo Oceano, movimento que reúne mais de 2.300 mulheres, entre pesquisadoras, líderes comunitárias e ativistas.

Nos últimos anos a FAPESP tem se esforçado para fomentar pesquisas amplas, multissetoriais e que mobilizam cientistas homens e mulheres, com o objetivo de pensar e propor soluções para problemas sociais. Projetos dessa magnitude, diz Gonçalves, têm capacidade de promover não apenas a diversidade de gênero dentro do próprio grupo de pesquisa, mas também vincular temáticas como igualdade de gênero, redução de desigualdades e conservação ambiental, que estão entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, incorporados pela FAPESP.³

SABERES ANTIGOS, NOVOS PROTAGONISTAS

"O

Brasil tem um imenso passado pela frente", escreveu o jornalista Millôr Fernandes (1923-2012). Repetida por anos a fio em diversas conjunturas, a máxima entrou para o rol das frases definidoras do país e pode ser aplica-

da ao ensino superior. Historicamente caracterizada como etnicamente branca e de tradição intelectual europeia, hoje a universidade brasileira se vê desafiada a rever suas estruturas. Nas últimas décadas, movimentos sociais e ambientais provocaram discussões e ensejaram medidas de inclusão na educação. Nas graduações e pós-graduações do país, a tônica

³ Mais informações em FAPESP e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: ods.fapesp.br

Colheita de arroz no quilombo Morro Seco (Iguape, SP): inclusão de quilombolas é desafio no ensino superior

do movimento pelo acesso à educação tem sido a incorporação de tudo e todos que o Brasil pôs de lado durante cinco séculos de desenvolvimento. Indígenas, pessoas economicamente vulneráveis, portadores de necessidades especiais, povos tradicionais e moradores das periferias das grandes cidades: o desafio é incluir, tanto no aprender quanto no ensinar, populações que até alguns anos atrás estavam à margem da educação superior no país.

Não se trata da inclusão pela inclusão. Os objetivos incluem a correção de exclusões históricas e a ampliação do horizonte epistemológico em que se dão o ensino e a pesquisa. "Quanto mais diverso for o grupo de pessoas qualificadas para fazer um trabalho ou investigação, melhor o conhecimento resultante. A diversidade na construção do conhecimento produz uma ciência melhor, que contribui para a transformação da sociedade, atende os interesses dos seres humanos e dos seres vivos e geralmente considera, também, as gerações futuras. Diversidade é essencial para um conhecimento de qualidade", define Gislene dos Santos, professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e coordenadora do Grupo de Pesquisa das Periferias do Instituto de Estudos Avançados (IEA), na mesma instituição. A FAPESP acompanha o movimento de democratização e diversificação do ensino e da pesquisa, estando a



par das suas demandas e incluindo em seus editais projetos, temáticas e medidas de inclusão. "A FAPESP considera que se trata de desenvolvimentos muito positivos para o ecossistema de pesquisa nacional e paulista, pois o conhecimento avança quando as questões são tratadas a partir de ângulos múltiplos. A diversidade dos pesquisadores é um dos motores da excelência na pesquisa, e a FAPESP já apoiou mais de 200 projetos sobre agricultura familiar, por exemplo", reforça Luiz Eugênio de Mello, diretor científico da Fundação.

Nas universidades públicas do estado de São Paulo, diversas iniciativas têm sido aplicadas nos últimos 20 anos para incentivar o ingresso de brasileiros que há décadas esperavam sua inclusão no ensino superior. Além das cotas para o ingresso de alunos pretos, pardos e oriundos de escolas públicas, instituídas a partir do início dos anos 2000, há um esforço crescente no sentido de fomentar a inclusão de outros grupos menos privilegiados da sociedade, como indígenas e pessoas com deficiência (PcD). A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), por exemplo, aplica um vestibular específico para indígenas desde 2008. A Universidade Estadual da Campinas (Unicamp) passou a fazer o mesmo em 2018, e em 2022 o concurso das duas instituições foi unificado. Já a Universidade Federal do ABC (UFABC), cujo ingresso se dá por meio do Sistema de Seleção Unificado (Sisu), conta desde 2008 com reserva de vagas para candidatos oriundos de escolas públicas, pessoas com deficiência e refugiados ou solicitantes de refúgio. Na Universidade Federal de São Paulo

(Unifesp), que também utiliza o Sisu, há cotas para alunos de escolas públicas e pessoas com deficiência. Em diversos casos, a universidade mescla os parâmetros de seleção.

Entrar pela porta, porém, é só o começo. Vencido o desafio de chegada à universidade, os estudantes precisam permanecer no sistema e prosseguir a vida acadêmica com tudo que ela oferece — estágios, atividades laboratoriais, pesquisas e intercâmbios —, o que também exige ações afirmativas de apoio por parte das instituições, como bolsas de permanência e auxílios para moradia, alimentação e para compra de materiais. Aí entram em cena as bolsas de iniciação científica e, mais adiante, as de mestrado e doutorado, que incentivam os jovens não só a continuar estudando como também a se tornarem pesquisadores, versados no método e na lógica da ciência. "A FAPESP tem participado de discussões com diferentes instituições no Brasil e no exterior, acreditando que tem o papel de contribuir para garantir que o ecossistema de pesquisa possa ser alimentado pela população de jovens talentosos que têm chegado às universidades. O estímulo à participação e à diversidade acompanha o interesse da FAPESP em apoiar projetos excelentes. Para isso, ela considera sua função identificar e coibir obstáculos e barreiras sistêmicas que impedem essa participação na pesquisa", afirma Mello. Uma dessas medidas diz respeito à noção de mérito, já que a FAPESP incorporou à análise das trajetórias dos pesquisadores o conceito de oportunidade. "Analisamos os resultados apresentados à luz das experiências a que o solicitante teve acesso ao longo de sua carreira. Isso resultou na mudança no formato da súmula curricular, por exemplo", explica o diretor, referindo-se ao documento

¹ Mais informações sobre cotas na primeira reportagem deste fascículo, páginas 6 a 23.

Liderança Yawalapiti, uma das etnias que colaboram com o INCT de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa

de referência que pesquisadores precisam preencher para solicitar financiamento da FAPESP.

Mas a inclusão não para por aí. Atualmente, entende-se que incluir como estudantes pessoas em situação periférica, indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos e afins não basta para reverter a histórica exclusão desses grupos do universo do conhecimento formal. "O currículo da universidade é insuficiente porque não conta com os saberes indígenas, afrodescendentes e de culturas populares. Trata-se de uma formação eurocêntrica. Isso foi ficando como um passivo a ser resolvido; uma demanda que surgiu nos Seminários de Culturas Populares no Ministério da Cultura, entre 2005 e 2006, dos quais mestres e mestras de cultura popular participaram", recorda José Jorge de Carvalho, professor de antropologia da Universidade de Brasília (UnB) e coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia e Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI).

Segundo Carvalho, o desafio é certificar ou legitimar o ensino de saberes tradicionais. Iniciativas como a outorga do título de notório saber ajudam a diminuir a distância entre a academia e os professores que não passaram por ela em sua formação, diz ele. De fato, alinhar os saberes tradicionais às práticas acadêmicas é fundamental, concorda Mello. Para isso, a FAPESP busca garantir que portadores desses conhecimentos possam dominar as competências necessárias para



participar do debate acadêmico. "Barreiras sistêmicas não devem ser acionadas para impedir sua participação ou o próprio debate. É para isso que uma política responsável de avaliação da pesquisa deve trabalhar, e nisso reside uma das principais missões das agências de fomento: garantir que debates amplos e irrestritos possam ocorrer", defende.

O encontro dos universos pode não ser um processo fácil — e cada desafio é único. "Precisamos de iniciativas para criar os intercâmbios e, a partir disso, descobrir os gargalos. Em cursos onde a ciência é mais presente, como medicina, como seria o acolhimento a um xamã?", pondera o antropólogo Edmundo Peggion, professor da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Araraquara. Por isso, a própria academia dialoga e pondera internamente de que maneira a inclusão pode acontecer, em quais termos e em quais condições.

/ ITOM / NATIONALINETI

Construções coletivas

Tal mudança de perspectiva é fruto do espírito do tempo. O movimento de descolonização tomou força no Brasil nos anos 2000, impulsionando a demanda por ações afirmativas e a apropriação de espaços públicos e culturais por populações tradicionais. A pauta ambiental também ocupa lugar no avanço da universidade rumo a uma configuração diversificada e mais parecida com a população brasileira. Nesse contexto, surgiu mais uma via de inclusão: ter populações tradicionais não apenas como alunos ou professores de cursos universitários, mas também como colaboradores de pesquisas acadêmicas. Alexander Turra, professor do Instituto Oceanográfico da USP, conta que este é um movimento recente. "Pesquisas sobre essas populações, existem inúmeras. Trabalhos com elas estão começando a crescer na chamada pesquisa transdisciplinar, onde se busca a conexão entre ciência e sociedade, com um olhar específico e dedicado aos grupos marginalizados e pouco ouvidos", define o ecólogo.

Na área ambiental, o pontapé para esse tipo de pesquisa se deu a partir dos anos 1980. As convenções da ONU sobre o clima e biodiversidade e a Agenda 2030, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sedimentaram o tema da sustentabilidade socioambiental no debate público. A academia, por sua vez, percebeu que as pesquisas e iniciativas de preservação ambiental não iriam para a frente sem firmar parceria com as comunidades locais. "É fundamental o envolvimento dessas minorias na perspectiva de coconstrução da ciência. Há um rebatimento prático claro na medida em que essas pesquisas se tornam cada vez mais realistas, contextualizadas e com possibilidade real



Baía do Araçá, em São Sebastião (SP): cientistas trabalharam em parceria com as comunidades locais para estudar e conservar local ameacado

de promover a transformação necessária no oceano e na sociedade", acrescenta Turra. Neste caminho, as pesquisas dialogam diretamente com políticas públicas.

Uma dessas construções coletivas foi o projeto Biota-FAPESP Araçá, do qual o professor foi um dos participantes. "Foi um processo de discussão do futuro da baía do Araçá [em São Sebastião, SP], tomando como base os atores locais. Analisamos esse processo do ponto de vista científico, mas a base foi a visão que as pessoas tinham sobre a importância do local, sua estrutura e funcionamento", explica. Os pesquisadores mapearam as ameaças ao sistema e, junto à comunidade, definiram estratégias para a preservação do local. O resultado do trabalho veio pelas mãos da comunidade e permaneceu com ela. "O documento final, o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável da Baía do Araçá, foi feito

pela comunidade com a nossa facilitação. O documento se tornou um instrumento poderoso para que eles pudessem buscar mecanismos para implementá-lo. Hoje, anos depois, temos a comunidade mobilizada e fortalecida, participando de discussões que afetam direta e indiretamente a baía", comemora o professor.

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha destaca a via da coprodução de conhecimento com as etnias indígenas. "Há uma grande demanda por inclusão na universidade, e é interessante pensar na inserção dos indígenas na literatura acadêmica, mais do que simplesmente seu desempenho escolar", sugere. Na antropologia, a tradição da etnografia e do registro de mitos das populações originárias tem dado lugar a uma nova corrente de pensamento e ação. "Há pelo menos 25 ou 30 anos pesquisadores estão incluindo como autores os especialistas indígenas que trabalham com eles. Há vários trabalhos em que indígenas e outras populações tradicionais, como seringueiros, figuram como autores", completa Cunha, que é professora titular aposentada da USP e professora emérita da Universidade de Chicago. Segundo Peggion, é importante que haja incentivos institucionais para esse tipo de projeto, "porque essas pesquisas têm um recorte intelectual, mas também um compromisso ético e político". "É uma diferença fundamental o jovem ser pesquisador da própria comunidade", completa o antropólogo da Unesp.

Pedro Jacobi, professor do programa de pós-graduação em ciência ambiental da USP e coordenador do projeto temático da FAPESP sobre Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista Face às Mudanças Climáticas, define essas iniciativas como fundamentais para a construção de uma

academia mais atenta às demandas sociais e emergências ambientais. "É fundamental que estejamos atentos a esse papel da ciência-cidadã, um trabalho coletivo e colaborativo que coloca a educação como algo 'freireano'. É a aprendizagem social, que promove as trocas e a hibridização de conhecimento por canais que não são acadêmicos *stricto sensu*", observa.

Pluralizar para encontrar saídas

A crise ambiental enfrentada pelo planeta reforça a necessidade de novos olhares para antigos problemas. Nesse quesito, o diálogo entre culturas ocupa lugar de honra. "Há uma forte relação entre povos tradicionais e biodiversidade no Brasil. Estudos de arqueologia mostram que a nossa biodiversidade é um legado da mão humana, pré-colombiana, na natureza", aponta Manuela Carneiro. A professora cita a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES, na sigla em inglês), criada em 2012, cujo desenvolvimento por pesquisadores e populações tradicionais intensificou o olhar da opinião pública sobre esses povos. "Os relatórios da IPBES deram espaço à contribuição do conhecimento tradicional e local, porque as áreas mais bem conservadas estão sob a gestão deles", exemplifica.

Os especialistas afirmam ser urgente ampliar iniciativas de coprodução do conhecimento científico, capazes de criar uma via de diálogo entre a academia e a sociedade. "A pandemia mostrou como é importante introduzir uma cultura de prevenção e precaução. Esse olhar de futuro tem que ser antecipatório — de uma futura pandemia, do desmatamento, de comportamentos predatórios. Esses termos têm que ser

colocados fora da torre de marfim, permitindo sua decodificação para toda a sociedade. Nós, que produzimos ciência, precisamos ter pé no chão para que o nosso trabalho tenha um desdobramento social e esteja conectado à realidade global", enfatiza Jacobi.

Também há um consenso crescente sobre o papel das agências de fomento nas iniciativas de inclusão e incentivo a pesquisas que levem em conta a diversidade de olhares e saberes sobre os desafios coletivos. Para Gislene dos Santos, da EACH-USP, é preciso atenção para com os grupos que costumam ficar de fora dos grandes projetos e do recebimento de bolsas. "Financiar pesquisas com responsabilidade envolve observar quem são as pessoas que majoritariamente têm financiamento no Brasil e em São Paulo. São sempre os mesmos grupos? Pode-se analisar quem são as pessoas que poderiam receber financiamento e não recebem, investigar por que seus projetos não são aprovados", sugere. Para Carvalho, da UnB, o momento de efervescência e o movimento de descolonização têm nas agências de fomento um parceiro fundamental. Para o professor, o universo acadêmico paulista ainda não se apropriou plenamente do potencial das pesquisas e iniciativas docentes junto a populações tradicionais e, por isso, há muito campo inexplorado. "São Paulo é um estado muito rico em termos de tradições negras, populares e indígenas", salienta.

Mas o financiamento desses trabalhos precisa ser diferente do que já é praticado em outras áreas do conhecimento. Os especialistas observam que o trabalho com comunidades indígenas, tradicionais e locais vem carregado de particularidades. Entre elas, um olhar diferenciado sobre prazos

COLABORAÇÃO ENTRE
CIÊNCIA E SOCIEDADE
É ESSENCIAL PARA O
ENFRENTAMENTO DOS
DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS
QUE AMEAÇAM O PLANETA

e métricas de produtividade. Segundo Turra, o trabalho de campo em projetos de ciência-cidadã e de parceria com a sociedade exige um *timing* diferente na execução de projetos. "Precisamos construir uma relação constante e duradoura com as comunidades, e o formato do fomento pode ser um pouco limitante. Quando trabalhamos com elas, temos que respeitar um tempo que não é o do projeto. Os órgãos de fomento precisam estar sensíveis para isso. É uma pesquisa carregada de responsabilidade e intenção de melhorar algo, mas essa abordagem não dialoga necessariamente com as métricas exigidas dos pesquisadores, como a produção de artigos", resume.

Segundo Jacobi, livros e relatórios que resultem de pesquisas desse tipo devem ser integrados ao ensino básico e a outras vias de disseminação de informação. Segundo Mello, a FAPESP conta com uma dinâmica interna que propicia a emergência de novos temas de pesquisa — inclusive junto a populações tradicionais, culturas da periferia e afins. "Parte

importante dos recursos é despendida para apoiar o que se trata como 'pesquisa impulsionada pela curiosidade dos pesquisadores e pesquisadoras'. Isso significa que não há uma competição entre temas e não há temas considerados menores ou menos importantes. A análise das solicitações de apoio examinam o projeto em termos da contribuição que seus resultados podem oferecer para um campo de pesquisa ou mesmo para apoiar políticas públicas", explica. Ao lado da pesquisa movida pela curiosidade, há um esforço constante em monitorar a cartela de apoios e dialogar com a comunidade científica para identificar pontos cegos, o que leva à edição de chamadas específicas.

Qualquer que seja a população ou as vias para incluí-la na produção da ciência, o resultado é a ampliação do conhecimento e o desenvolvimento da sociedade nos âmbitos social, econômico, político, cultural e ambiental. "Trata-se de uma mudança importante e fundamental para o futuro da democracia no nosso país e também para fazer avançar a produção de conhecimentos. A FAPESP tem se mobilizado para garantir que esse esforço seja levado adiante, garantindo que obstáculos sistêmicos não impeçam a participação desses grupos no esforço de pesquisa que ela apoia e lidera", afirma Mello. Turra afirma que, com base na sua experiência, uma universidade que fala com todos e para todos transforma a sociedade de dentro para fora, reforçando o papel das instituições para a construção do bem comum. "Teremos cada vez mais a sociedade entendendo o papel da universidade, das agências de fomento e da ciência na sua vida e no seu futuro", completa.



FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRESIDENTE
Marco Antonio Zag

VICE-PRESIDENTE Ronaldo Aloise Pill

CONSELHO SUPERIOR

Dimas Tadeu Covas, Helena Bonciani Nader, Ignácio Maria Poveda Velasco, Liedi Legi Bariani Bernucci, Mayana Zatz, Mozart Neves Ramos, Pedro Luiz Barreiros Passos, Pedro Wongtschowski, Thelma Krug, Vanderlan da Silva Bolzani

CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

DIRETOR-PRESIDENTE
Carlos Américo Pacheco

DIRETOR CIENTÍFICO

DIRETOR ADMINISTRATIVO

FAPESP 60 ANOS CIÊNCIA, CULTURA E DESENVOLVIMENTO

EDITOR-CHEFT Carlos Vogt

EDITORES-EXECUTIVOS Herton Escobar, Mariluce Moura, Mayumi Okuyama (arte)

REPORTAGEM Bruno de Pierro, Laura Araújo Ricardo Muniz

INFOGRAFIA Glauco Lara

> PESQUISA ICONOGRÁFICA Tadimir Sacchetta

DESIGNER
Felipe Braz (digital

ILUSTRAÇÃO (capa Aline Bispo

REVISÃO Mauro de Barro



60ANOS.FAPESP.BR/LIVRO

